



ISSN Eletrônico: **2525-5908**
ISSN Impresso: **1807-9660**

revista.farol.edu.br
Vol. 20, Nº 20. 2023 - dezembro

Contato: revista@farol.edu.br

**NOVAS ABORDAGENS E PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS NA
AMAZÔNIA**

Wagner Tenório dos Santos

Joselia Fontenele Batista

NOVAS ABORDAGENS E PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS NA AMAZÔNIA

Wagner Tenório dos Santos¹
Josélia Fontenele Batista²

Resumo: As discussões elaboradas no artigo demonstram uma das pequenas mudanças que, imperceptíveis aos olhos de distraídos, são essenciais para compreender as novas relações socioespaciais da Amazônia em um contexto globalizado. Assim, o artigo traz uma reflexão acerca das representações fronteiriças na Amazônia, sob um viés humanístico e cultural, destacando a geopolítica como meio de entender estas interações entre o homem e o espaço. Espera-se trazer esclarecimentos aos leitores sobre algo que se torna de suma importância para o contexto histórico em que vivemos, pois, como muitos pesquisadores enfatizam, a globalização está diminuindo as fronteiras entre as nações, logo, precisamos estar preparados para suas possíveis consequências.

Palavras-chaves: Fronteira. Representações. Geopolítica. Amazônia.

NEW APPROACHES AND PERSPECTIVES OF BORDER RELATIONS IN THE AMAZON

Abstract: The discussions elaborated in the article demonstrate one of the small changes that, imperceptible to the distracted, are essential to understand the new socio-spatial relations of the Amazon in a globalized context. Thus, the article brings a reflection about the frontier representations in the Amazon, under a humanistic and cultural bias, highlighting geopolitics as a means of understanding these interactions between man and space. It is hoped to bring clarification to readers about something that becomes of paramount importance to the historical context in which we live, as, as many researchers emphasize, globalization is narrowing the boundaries between nations, so we must be prepared for its possible consequences.

Keywords: Frontier. Representations. Geopolitics. Amazon.

1 INTRODUÇÃO

Sem dúvida, a nossa sociedade tem se vislumbrado com as respectivas mudanças de caráter social, político e econômico da atualidade. As fronteiras, que antes eram sinônimos de barreiras físicas, acabam por se adaptar a essas novas mudanças impostas pelo sistema de produção e socialização, demonstrando outras facetas que até então não eram vistas nas ciências sociais.

Portanto, é imprescindível para o geógrafo e o historiador refletir sobre os fenômenos sociais presentes na sociedade e como que eles repercutem nos conceitos utilizados por eles. Assim, levando em consideração a globalização e as relações bilaterais entre os países, o

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Faculdade de Rolim de Moura - FAROL. Especialista em História da Amazônia com ênfase em História de Rondônia. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. Professor EBTT - História no Instituto Federal de Rondônia - IFRO.

² Possui graduação em Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (2000), graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (2003), mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia (2007) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2014). Atualmente é colaboradora da Universidade Federal de Rondônia e efetivo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia. Atualmente é professora de cursos técnicos ao nível médio e do mestrado em rede ProfEPT.

artigo tem como objetivo refletir sobre as representações fronteiriças na Amazônia, levando em consideração a ação humana e suas representações.

2 METODOLOGIA

Para realização da pesquisa foi utilizado discussões e reflexões de autores que se preocupam em entender como que as relações entre pessoas, entre os países, e entre blocos econômicos estão se entrelaçados, onde o micro repercute no macro e vice-versa, além disso, há debate entre visões de autores que se preocupam com a região amazônica, tendo em vista as mudanças recorrentes na sociedade e no mundo. Portanto, a pesquisa tem como fonte bibliografias de autores reconhecidos no campo da geografia, da história, da sociologia e da filosofia.

Os temas serão divididos da seguinte forma: no início será abordado uma reflexão acerca da funcionalidade das fronteiras, logo em seguida, uma reflexão acerca da globalização e sua influência na Amazônia, além de suas representações fronteiriças; no quarto capítulo será apresentado a evolução fronteiriça no espaço Amazônico e no último capítulo uma discussão sobre a tentativa de desconstrução das fronteiras no espaço amazônico a partir Zoneamento Ecológico-econômico de Rondônia.

A funcionalidade das fronteiras.

Na educação básicas, aprendemos nas escolas das redes públicas e privadas, principalmente nas disciplinas de geografia e história, que as fronteiras constituem um marco divisório entre território, mas poucas vezes, os professores se propõem a apresentar uma concepção humanística sobre o tema. Assim, quando discutimos a questão das fronteiras, devemos levar em consideração que ele vai além da concepção física apresentada pela geografia, devendo ter em mente que as fronteiras ganham significado a partir da intervenção do homem no espaço, além disso, devemos analisar as visões e os imaginários criado pelas populações residentes em determinados territórios para podermos delimitar de fato quais os tipos de representações fronteiriças existente em determinado espaço.

Deste modo, boa parte dos economistas quando vão refletir sobre a questão das fronteiras no espaço geográficos, dão certa relevância em suas pesquisas sobre a questão da funcionalidade das fronteiras, isto é, procuram perceber no espaço-tempo a produção das populações residentes em determinado território, como meio de configuração espacial, tanto

em aspectos físicos, como também abstratos (psicológicos). É possível usar como exemplo, para melhor esclarecimento, a questão da resistência dos grupos indígenas, quilombolas e dos ribeirinhos do vale do Guaporé, em mudar certos hábitos e costumes tradicionais frente as mudanças impostas pelo sistema capitalista, além disso, a proteção de suas terras pelo Estado, diante dos avanços agropastoris e outras atividades econômicas que demandam terras.

Uma ilustração típica que podemos utilizar também como base para o entendimento dos porquês e das formas de resistências de grupos tradicionais, está no livro da professora da Universidade Federal de Rondônia, Avacir (2014), onde analisa por meio da geografia cultural a vida das comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé, especialmente a comunidade de Jesus, destacando as suas vivências como forma de conceber a espacialidade entre o mundo das águas e o mundo da floresta. Afora disso, o foco principal da obra é entender o ser humano, ou os ribeirinhos, como indivíduos que procuram preservar suas tradições frente as mudanças da sociedade através das reinvenções de formas de apropriações do espaço, ou seja, percebe como que estas comunidades se adaptam as mudanças da sociedade sem perder a sua essência, suas tradições e costumes, chamando estas táticas de culturas desviantes.

Tal afirmação reforça a tese de que a funcionalidade das fronteiras se relaciona, na maioria das vezes, à questão da permanência de formas não capitalistas num contexto de intenso crescimento urbano-industrial. Portanto, segundo Paiva (1971) e Castro (1969) a funcionalidade dos costumes e tradições “atrasadas” como setor flexível, capaz de atender aos requisitos do processo de desenvolvimento segundo as exigências do mercado consumidor, foi concebida no âmbito do pensamento liberal, como um entrave ao desenvolvimento econômico e social.

Hoje, se faz necessário mudar tal concepção, é necessário refletir o Lugar como requisito existencial dessas populações, tendo em vista que eles não seguem a mesma linha de raciocínio dos pensadores liberais, assim, os ditos “desenvolvimentos” imposto pelo sistema capitalista não são atraentes para estes povos considerados “atrasados”. Logo, a resistências e criação de certa barreira cultural, justifica-se muito mais pela questão existencial e cultural do que material, pois os mesmos não se preocupam pelo o que tem ou poderão ter, mas pelo o que são ou poderão ser.

Assim, refletir sobre a funcionalidade das fronteiras, é pensar sobre as diversas facetas que ela engloba, podendo servir como uma divisão territorial feitas por elementos matérias, como rios, montanhas e florestas, como também pode ser percebida e concebida como uma barreira ideológica, cultural e social feita pelo homem.

A fronteira Amazônica a partir da geopolítica do século XX.

Muitos historiadores enfatizam que o século XX é uma caixa estufada de acontecimentos, isso porque, em menos de 100 anos, vários acontecimentos marcaram a existência humana. Revoluções científicas e tecnológicas, guerras entre nações, mudanças de hábitos e costumes, e formações e junções de blocos econômicos são alguns dos exemplos genéricos que podem ser mencionados.

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, duas grandes potências mundiais travaram diversas batalhas político-ideológica em diversos lugares do mundo, os historiadores reconhecem a luta entre os EUA e a URSS, como marco triunfal para reorganização territorial de diversos países, entre eles os países africanos, além disso, foi capaz de modificar em diversas nações a estrutura de comportamentos considerados na atualidade de “tradicional”, sem esquecer de mencionar as diversas faces de transformações tecnológicas que o homem conseguiu produzir. Entretanto, é preciso enfatizar que as influências desses acontecimentos não se cessaram após seus términos, mas ainda hoje conseguimos vivenciar em múltiplos ambientes sociais as influências de tais fatos.

Entre os frutos desses acontecimentos, podemos destacar a globalização, que no presente século tem sido agraciado e debatido constantemente por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. É interessante observar, que tal fenômeno gera vários outros, como uma cadeia de DNA, entre estes, podemos destacar aquilo que os geógrafos denominam de geopolítica, que para alguns não passa de uma simples uma forma de interpretar os fatos da atualidade através de informações geográficas. Assim, a geopolítica procura analisar os fenômenos sociais, como conflitos internacionais e nacionais, através de uma interconexão com os conhecimentos geográficos de determinadas localidades.

Portanto, pensar sobre as fronteiras da Amazônia no século XX, é refletir ao mesmo tempo sobre diferentes acontecimentos regionais, nacionais e internacionais, ou seja, é pensar o micro contextualizando-o com o macro. Então, interpretar a fronteira amazônica só é possível a partir da inserção do Brasil no capitalismo global decorrente da nova escala da relação capital-trabalho tendo como referência a produção de um espaço planetário onde os estados nacionais conservam suas funções de controle a partir da influência de outros estados.

Por isso que Lefebvre (1978) ao analisar sobre as conjunturas políticas econômicas da Guerra Fria, acaba mencionando que as políticas nacionais e internacionais dos países do século XX, estavam (e se transformaram), em um produto específico da clivagem público-privado, expresso num espaço de duplo caráter: global/fragmentado.

Reflexo de tal fator pode ser extraído do pensamento Becker (1982, 1984, 1985) que enfatiza que a implantação da nova ordem planetária é viabilizada pela extensão do espaço-estatal-político, onde o mesmo mantém o papel político ideológico do Estado na atualidade. Porém, o fortalecimento das corporações estrangeiras representa perda de poder do Estado na medida em que os países deixam de ser as unidades econômicas da realidade histórica, passando-os em seguida à mantenedores dos meios de manutenção e desenvolvimento dessas empresas nos próprios países, tendo como consequência a perda do controle de decisão locacional da região sobre o conjunto do processo produtivo. Exemplo típico no estado de Rondônia, são os frigoríficos, que procuram a isenções fiscais de municípios, além de outros benefícios, para a implantação das fabricas, que apesar de gerarem empregos, não contribui de forma significativa para o desenvolvimento local.

É nesse contexto que se torna possível interpretar a significância da fronteira amazônica hoje. Assim, fronteira não é sinônimo de terra devoluta, fisicamente falando, tampouco uma simples colonização agrícola, característicos das interpretações historiográficas sobre as migrações para Rondônia no período do regime militar. Seu traço distintivo consiste em não apenas levar em consideração o espaço físico, mas também, o espaço social, o espaço político e valorativo que engendra. Assim, segundo a interpretação de Becker (1984), a hipótese alternativa da fronteira amazônica, é considerar a fronteira local e sua incorporação ao espaço global/fragmentado. Em outras palavras, as fronteiras no espaço amazônico são cercadas e concebidas pelas expectativas de produção nacional e internacional.

Pensando sobre essas expectativas de produção, e levando em consideração os acontecimentos locais face aos acontecimentos mundiais, a Amazônia, assume excepcional valor estratégico para as expropriações e exploração de empresas e países capitalistas. Assim, as fronteiras ideológicas, físicas e sociais são meios propícios para a resistências desses objetivos econômicos e políticos, cabendo a formação de identidades face a defesa do território.

Entretanto, segundo Becker (1983, 1985), além de pensarmos sobre a preservação da Amazônia, é necessário, diante dos avanços da globalização, refletir sobre a potencialidade política em tão ampla escala geográfica, para que possa tornar a Amazônia um espaço estratégico por excelência para o Estado empenhar-se em sua rápida estruturação e integração no espaço global, ao mesmo tempo, em que, na dimensão ideológica, manipula a preservação da imagem do espaço alternativo.

A evolução das fronteiras no espaço amazônico e ação humana sobre o meio ambiente.

A partir de uma pequena reflexão sobre a questão das fronteiras no contexto da globalização, onde o micro deve ser pensado em consonância com o macro, é preciso debater sobre a questão da evolução fronteiriça na Amazônia para que realmente possamos ter uma visão panorâmica sobre ação humana no território amazonense.

De modo geral, Diniz (2001), ao trabalhar sobre a evolução das fronteiras, afirma que ela passa por quatro fases distintas, mas que ao mesmo tempo se interligam no processo de construção fronteiriça, assim são classificados: Pioneira, transitória, consolidada e urbanizada.

Pioneira

A fase pioneira da delimitação fronteiriça é caracterizada pelos primeiros assentamentos, onde o território é marcado pela ausência de florestas desmatadas e trabalho, por rápido crescimento via imigração, grande disponibilidade de terras, redes de transporte precarizados, populações predominantemente rurais etc. Tais áreas simulam aquilo que Martins (1975) chamou de “fronteira demográfica”.

Portanto, nestas áreas os colonos têm como principal objetivo ocupar e fazê-la produzir (HENKEL, 1982). Exemplos típicos na região amazônica, foram as fases de imigração do século XVI ao século XX, retratado veemente no livro Teixeira e Fonseca (2001), sobre A História Regional, onde os autores discutem a ocupação e consolidação do território amazonense, desde o período colonial, até a formação do Estado de Rondônia.

Transitória

Áreas de assentamento transitórias são caracterizadas por economias dicotomizadas, onde convivem lado-a-lado práticas agrícolas de subsistência e comercial, sendo que as últimas se encontram em franco processo de expansão. Portanto, nota-se nessas áreas a formação de um incipiente mercado de terra e trabalho (FOWERAKER, 1981). Podemos usar como exemplo, os primeiros assentamentos agrícolas feitos pelo INCRA no século XX, onde as primeiras famílias garantiriam a posse da terra e produziriam para suas subsistências, logo em seguida, com maior desenvolvimento, as terras e a produção ganham significativo valor comercial na região, garantindo o desenvolvimento econômico e atraindo empresários capitalistas, o que dá início ou intensifica o que Martins (1975) chama de “fronteira econômica”

Consolidada

Os assentamentos consolidados são marcados por economias baseadas em agricultura comercial, concentração de terra em grandes propriedades, mercado imobiliário inflacionado, presença de grandes empreendimentos agrícola, sobretudo ligados à pecuária, relações de produção predominantemente capitalistas, além de gozar de linhas de transporte regulares e uma boa malha viária (FOWERAKER, 1981).

Essas áreas são também caracterizadas por baixas densidades demográficas, uma vez que grande parte dos indivíduos que chegaram durante as fases anteriores de evolução emigrou para as fronteiras urbanizadas ou outras áreas da fronteira agrícola. Aqueles indivíduos que permaneceram foram convertidos em trabalhadores assalariados ou lutam para manter a posse de suas propriedades.

Urbanizada

Fronteiras urbanizadas são uma herança dos embrionários núcleos urbanos criados no coração dos projetos de colonização. Conforme prescreve a lei 4.504/ 64 em seu artigo 64

“Os lotes de colonização podem ser: I - parcelas, quando se destinem ao trabalho agrícola do parceiro e de sua família cuja moradia, quando não for no próprio local, há de ser no centro da comunidade a que elas correspondam; II - urbanos, quando se destinem a constituir o centro da comunidade, incluindo as residências dos trabalhadores dos vários serviços implantados no núcleo ou distritos, eventualmente às dos próprios parceiros, e as instalações necessárias à localização dos serviços administrativos assistenciais, bem como das atividades cooperativas, comerciais, artesanais e industriais.”

Nesta dicotomia está a fundamentação necessária à criação de núcleos urbanos na Amazônia. Esses centros urbanos embrionários, presente nas colônias agrícolas e projetos de assentamento ao longo de todo o processo evolucionário, ganha escala e complexidade a medida em que os níveis de infraestrutura e atividades econômicas se intensificam, tornando-se pontos de referências para toda a comunidade.

Descontruindo fronteiras: a questão da implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico em Rondônia.

Quando analisamos os ciclos de imigração para Rondônia, é inevitável associar tais evidências com as questões econômicas, assim, o Estado é moldado segundo os interesses da produção. Como consequência, o crescimento da população e a ação do homem sobre o meio em que vive acaba se modificando ou até mesmo se desfigurando. Podemos perceber isso, a partir da década de 70 quando começa a entrar dentro do estado diversos grupos de pessoas em função dos assentamentos de colonos realizados pelo INCRA.

Por meio desses assentamentos, observa-se ao longo dos anos o auto crescimento do desmatamento em função da falta de preocupação, por parte da população e do governo, em estabelecer um manejo florestal e planejamento adequado. Assim, a escala de desmatamento foi, e ainda continua sendo intensa, sem maiores preocupações com o desequilíbrio estabelecidos aos ecossistemas. É nesta conjuntura que se observa pressões nacionais e internacionais no sentido de reduzir o índice de desmatamento na Amazônia, pois, segundo estes países, a Amazônia representa, não somente um patrimônio nacional, como internacional.

Como respostas a essas pressões, o governo brasileiro começou a engatinhar suas ações em vista a preservação, a partir do Programa de Defesa do Complexo de Ecossistema da Amazônia legal, elaborado em 1988, onde tinha como objetivo, segundo Cruz (1993), disciplinar a ocupação e a exploração racional da Amazônia Legal, fundamentando-a no ordenamento territorial. Entretanto, o grande problema, é que tal projeto foi elaborado um pouco tarde, ou seja, havia dentro do território um certo sistema viciado, onde as levas de imigrantes entravam dentro do território de forma desorganizada, mesmo tendo o INCRA a incumbência de assentar estes colonos.

Outra inconsistência feita pelo governo federal, foi a elaboração do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia- PLANAFORO. Tal projeto foi criado com a intenção de corrigir algumas ações executados pelo Polonoroeste que trouxe uma série de benefício ao estado, como a consolidação de 23 núcleos urbanos de apoio rural, mas que ao mesmo tempo causou diversos problemas.

É válido ressaltar a conjectura política que estava em torno desses dois projetos, isso porque as ações do governo federal não visavam apenas atender interesses locais, mas principalmente internacionais, fato este verificado pela forma e por quem que esses projetos foram financiados, levando-nos mais uma vez a pensar a questão da geopolítica do século

XX, que leva como pressuposto a mundialização ou globalização das relações econômicas, políticas e sociais, vivenciadas em Rondônia em relação com os problemas globais. Para esclarecimento, o Polonoroeste e o PLANAFORO, receberam quantias enormes do Banco Mundial, tendo como consequência, o aumento da dívida externa do nosso país.

Nessa época, surgiu a ideia de realizar um zoneamento em Rondônia, de forma retardada, como uma tentativa de corrigir o processo de ocupação desordenada e sem perspectivas socioambientais. Este zoneamento foi previsto no PLANAFORO, o qual definiu uma política de ordenamento ambiental para ocupação racional das terras de Rondônia. Previu a execução do detalhamento do zoneamento, em especial nas áreas de melhor potencial produtivo e maior índice de ocupação; o disciplinamento do processo de ocupação econômica; a definição dos limites e a determinação e demarcação das Unidades de conservação e preservação etc.

O grande problema, é exatamente reordenar algo que já está ordenado, isso porque a ocupação territorial do estado já estava consolidada antes mesmo do projeto vir a público e a execução de tal projeto hoje é quase impossível. Na hipótese da concretização de tal projeto, podemos imaginar dentro do estado uma série de comoções e conflitos sociais, além disso, é possível visualizar a desconstrução de fronteiras físicas, ideológicas e emocionais. Isso porque, como o estado já se constitui, logo, a suas fronteiras já foram demarcadas, mesmo que desordenadamente, pelos imigrantes. Portanto, a suposta tentativa de implantação do ZEE, reconfiguraria totalmente as fronteiras presentes no estado, tornando-as sem identidade e paralelas à vontade do estado e não do povo.

Logo, é difícil trabalhar o conceito de fronteiras em um país atrelado ou dependente dos interesses globais. Isso porque, falta-lhe autonomia de gerenciar seus próprios interesses em vista da dependência político-econômica de outros países. Além disso, fica evidente que ações que tentam voltar ao status quo, sob um aspecto sociocultural e fronteiro, como é caso de Rondônia e o projeto de ZEE, é praticamente impossível, levando-nos a pensar que as fronteiras surgem espontaneamente em lugares pouco planejados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessas reflexões, é possível perceber a importância de se debater de forma interdisciplinar as questões que envolvem a Amazônia. Assim, quando utilizamos a geografia e a história conjuntamente, temos a possibilidade de vislumbrar sobre um mesmo tema inúmeros olhares. Assim, através dos assuntos debatidos, podemos entender que as fronteiras

na Amazônia não se trata de um fenômeno estático, mas em constante mutação, pois as ações do homem sobre o espaço no decorrer do tempo possibilitam mudanças significativas nas formas de se representar as fronteiras, como também, evidenciam tentativas de preservações socioculturais.

Além disso, é possível compreender a influência da globalização nos processos de reconfiguração espacial, onde por meio da geopolítica, podemos entender a importância das representações fronteiriças em um contexto histórico que valoriza a interação dos acontecimentos em nível local com os de níveis globais, ou seja, o micro sobre o macro. Assim sendo, quando analisamos a questão das fronteiras na Amazônia sob a ótica da globalização, podemos visualizar mudanças significativas nas inter-relações políticas, econômicas e jurídicas entre os países, exemplo típico elencados nas discussões é a questão da soberania, onde o próprio Estado tem perdido legitimidade de controle sobre seu espaço territorial devido as pressões internacionais e supranacionais.

Assim, pode-se concluir por meio da pesquisa que, ao se debater sobre as fronteiras na Amazônia e suas representações, carece de pensar a ação do homem sob o espaço, além de perceber as mudanças que acontecem em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais, em uma perspectiva de desuso ou crise de uso, devido os processos de diminuições fronteiriças impostas pela globalização.

REFERÊNCIAS

SILVA, Avacir Gomes dos Santos. Culturas desviantes: andanças amazônicas pelo Vale do Guaporé. Goiânia: Editora UFG, 2014.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia, a nova fronteira de recursos. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

BECKER, B. K. Migração e mudança ocupacional na Amazônia;estratégias, conflitos, alternativas. SBPC, Belém, 1983.

BECKER, B. K. A fronteira no final do séculoXX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia brasileira. In Espaço e Debates nY3, NERU, São Paulo, 1985, pp. 59-73, e International economic restructuring and the territorialcommunity, UNIDO, Viena, 1984.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. Revista Bras. Geografia -Ano XLVII nP3/4, FIBGE, Rio de Janeiro, 1985.

CF. A. L. Cruz, O Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. In: Projeto de Políticas Públicas. Brasília, IEA (Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais), Brasília,

1993.

CASTRO, A. B. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. Sete ensaios sobre a economia brasileira, vol. 1, Forense, Rio de Janeiro, 1969.

DINIZ, A. Mobility and evolving frontier settlements: the case of central Roraima. In Annals of the XXIV IUSSP General Conference, realizado em Salvador, entre 18 e 24 de agosto de 2001, Sessão S28 Internal migration: health, education and development consequences.

FOWERAKER, J. The Struggle for Land. Cambridge: Cambridge University Press. Godfrey, B. 1990. Boom Towns of the Amazon. The Geographical Review. Vol. 80, 1981.

HENKEL, R. The Move to the Oriente: Colonization and Environmental Impact. In Modern Day Bolivia: Legacy of the Revolution and Prospects for the Future. Edited by Jerry R. Ladman. Tempe: Center for Latin American Studies, Arizona State University, 1982.

LEFEBVRE, H. De l'État. 4: vol. Union Generale, Paris, 1978

MARTINS, José de Souza. Frente Pioneira: Contribuição para uma caracterização sociológica, in Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.

PAIVA, R. M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura brasileira. Pesquisa e planejamento econômico, vol. 4, IPEA, Rio de Janeiro, 1971.

TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. História Regional. 2 ed. Porto Velho, Rodoniana, 2001.

Estatuto da Terra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acessado no dia: 25 de novembro de 2016.

Recebido para publicação em agosto de 2023.
Aprovado para publicação em dezembro de 2023.